

## **Saúde e direitos da população negra e LGBT são destaques durante IV Conapir**

Promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), a quarta edição da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CONAPIR) abordou como tema central "O Brasil na década dos Afrodescendentes: Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento e Igualdade de Direitos"

Entre os dias 28 e 30 de maio, especialistas, pesquisadores, representantes do governo e sociedade civil estiveram reunidos em Brasília durante a IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), promovida pelo Ministério dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

De acordo com o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha, o encontro teve como principal objetivo promover um amplo diálogo entre gestores(as) estaduais e municipais de igualdade racial e representantes da sociedade civil comprometidos na solução dos problemas que afligem as vítimas de preconceito e discriminação baseadas nas diferenças étnico-raciais.

Na ocasião, os(as) delegados(as) eleitos(as) para a IV Conapir se dividiram em grupos de trabalho para discutir temas específicos para a melhoria de vida e promoção sócio-econômica da população negra no país. Os Grupos de Trabalhos (GTs) "Saúde, Assistência e Previdência Social" e também o "Gênero, direitos sexuais e reprodutivos e a violência obstétrica" discutiram a múltipla discriminação sofrida pelas mulheres negras na área da saúde.

A palestrante Fernanda Lopes, doutora em Saúde Pública, levou para o debate informações sobre a luta para que o Estado brasileiro adotasse o critério de raça/cor na área da saúde e para que as políticas públicas específicas fossem direcionadas para negros e negras no país.

"É importante que o Estado brasileiro tenha reconhecido o racismo existente na sociedade, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde. O racismo influencia e é a causa primária das condições de saúde da população negra. Não tem nada abstrato, é tudo concreto nos números e na vida", afirmou a pesquisadora.

Fernanda Lopes também mostrou dados recentes do Ministério da Saúde sobre a porcentagem de mortes maternas no Brasil, cuja maioria - 54,1% - é de mulheres

negras entre 15 e 29 anos. “Este é um indicador de como a sociedade valoriza ou não as mulheres. As mulheres negras têm duas vezes mais chances de morrerem na hora do parto do que as mulheres brancas, e no contexto da síndrome congênita associada ao vírus zika, 84,4% com a síndrome são de mulheres negras”, avaliou.

Thalita Demenjour, palestrante do GT que debateu sobre os direitos sexuais e a violência obstétrica, compartilhou com os participantes a situação da mulher negra no sistema de saúde. “Temos relatos de que a analgesia é menor nas mulheres negras, diante do mito de que suportariam mais a dor”, destacou.

Ambos os GTs deram destaque ao tratamento recebido, principalmente pelas mulheres negras, no sistema de saúde como por exemplo a restrição ao acesso de métodos para alívio da dor, pré-natal inadequado, falta de vinculação com uma maternidade, ausência de acompanhamento e peregrinação durante o parto.

Dentre os desafios elencados, destacam-se a avaliação da magnitude real das iniquidades raciais e a definição de estratégias de gestão, atenção e pesquisa; o estabelecimento e manutenção de amplo debate intersetorial e interdisciplinar, envolvendo a força de trabalho em saúde, usuários, sociedade civil, academia, e setor privado; a formação e educação permanente de profissionais para o reconhecimento e enfrentamento do racismo e da discriminação racial entre os determinantes sociais da saúde, entre outros desafios propostos.

#### Grupo de Trabalho LGBT

As pessoas negras que se declaram lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) também debateram os seus principais desafios no GT 12. Alguns relatos foram apresentados sobre os momentos em que estas pessoas precisam usar serviços públicos de saúde ou delegacias, suas trajetórias no ensino formal (escola/universidade) ou nas relações familiares. Muitos dos relatos mostraram uma série de abusos e violações dos direitos das pessoas LGBTs, o que pode acarretar uma série de consequências negativas como abandono da escola, afastamento por parte dos familiares e quadros de depressão.

O palestrante Washington Luiz Dias, do Conselho Nacional LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, falou da importância da IV CONAPIR dar conta de todas as especificidades da população negra. “Esperamos que tudo aquilo que foi debatido aqui, do ponto de vista interseccional, seja levado em consideração. A população negra não é um só corpo, uníssono, em que o homem heterossexual é universal”, declarou Dias.

As propostas do GT LGBT foram encaminhadas para a votação na Plenária Final da IV CONAPIR e preveem a construção e implementação de políticas de proteção segurança e emancipação social e econômica da população negra LGBT.

Fonte: MDH (com adaptações)